



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

RENATA KELLY VIEIRA DA SILVA

**A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO COMPONENTE CURRICULAR NAS
ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE SANTA MARIA-PA: uma análise
entre a legalidade e a realidade**

**CASTANHAL-PARÁ
2018**

RENATA KELLY VIEIRA DA SILVA

**A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO COMPONENTE CURRICULAR NAS
ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE SANTA MARIA-PA: uma análise
entre a legalidade e a realidade**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à
Universidade Federal do Pará do Campus de
Castanhal, como requisito parcial para obtenção
do grau de Licenciada em Educação Física.

Sob a orientação da Profa. Dra. Darinêz de
Lima Conceição.

**CASTANHAL-PARÁ
2018**

RENATA KELLY VIEIRA DA SILVA

**A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO COMPONENTE CURRICULAR NAS
ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE SANTA MARIA-PA: uma análise
entre a legalidade e a realidade**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à
Universidade Federal do Pará do Campus de
Castanhal, como requisito parcial para obtenção
do grau de Licenciada em Educação Física.

Sob a orientação da Profa. Dra. Darinêz de
Lima Conceição.

Data de aprovação: 17 de julho de 2018

Banca Examinadora:

_____ **Orientadora**
Profa. Dra. Darinêz de Lima Conceição-UFPA

_____ **Examinador**
Prof. Dr. Euzébio Oliveira

_____ **Examinador**
Prof. Dr. Antônio Valdir Monteiro

Dedico esse trabalho aos meus pais e irmãos.
Ao meu bem Tássio Renan.
À minha sogra Rosângela Farias Moreira (in memória).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por seu amor, proteção e providência.

À minha Mãe Maria Santíssima, por me acolher nos momentos de angústia.

Aos meus pais Manoel Marques e Maria Rita por incentivo e cuidado.

Avós Maria Teixeira e Antônio Gomes (in memória) e Francisco Dino e Maria Deumira,

Ao meu bem, por sua tão longa espera e cuidado.

Todos os tios e primos.

Aos amigos, que mesmo sendo poucos foram fundamentais, especialmente Jéssica Maiara, Gilda Maria e Sarah Letícia.

À Universidade Federal do Pará e a toda rede pública de ensino, por ser veículo deste feito.

A todos os professores de minha memória, especialmente aqueles que não me deixaram esquecer que eu era capaz. Especialmente à minha orientadora e amiga Prof.^a Dra. Darinêz de Lima Conceição pela paciência e senso de humor em meus não tão raros momentos de desespero.

Ao Pe. Ermínio e seminarista Tiago, por seus conselhos e oração.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para esse feito.

“Os anjos cuidam e velam até pelos pormenores”

(Santo Jerônimo)

RESUMO

A construção do presente estudo foi motivada pelas observações desenvolvidas durante nosso processo formativo, uma vez que, enquanto estudante da Educação Básica no município de Santa Maria do Pará observou-se carências e fragilidades apresentadas pelas escolas no desenvolvimento das aulas de Educação Física, tal fragilidade se fazia, em nossa compreensão por se tratar de um município do interior de um estado do Pará com disparidades econômica, sociais e culturais significativas. Nesta direção, a pesquisa se desenvolveu considerando o seguinte problema: Qual o lugar da Educação Física como componente curricular na rede municipal de Ensino em Santa Maria do Pará? O objetivo geral foi compreender como se constitui o lugar da Educação Física como componente curricular na rede municipal de ensino em Santa Maria do Pará. A pesquisa pautou-se pela abordagem qualitativa e considerou a necessidade de englobar a pesquisa do tipo: bibliográfica, documental e de campo. O instrumento de coleta de dados se fez a partir da realização de entrevista semiestruturada com a Secretária Municipal de Educação do Município de Santa Maria do Pará e, a análise dos dados coletados se fez a partir da Técnica da Análise dos Conteúdos. Como resultado da pesquisa, observamos a presença da Educação Física nos documentos legais, contudo, constatamos sua ausência como componente curricular no cotidiano das escolas municipais de Santa Maria do Pará. Tal ausência é compreendida por limitações que expressas desde o planejamento educacional do referido município, uma vez que, a gestão municipal apesar de relatar ter a compreensão sobre a importância da Educação Física para o desenvolvimento dos estudantes, pauta-se por uma perspectiva que defende professores polivalentes, no qual entende que um profissional de outra área pode assumir a regência das especificidades da Educação Física. Essa contradição expressa entre a compreensão da importância e a dinamização da realidade é refletida, principalmente, quando verificamos a redução do papel da Educação Física uma vez que os conteúdos que dão base a este componente curricular (jogo, esporte, dança, lutas e ginástica) é compactado no que se denomina “recreação”. A realidade da Educação Física no município de Santa Maria do Pará reafirma a ausência de entendimento coerente quanto à identidade e o valor da Educação Física enquanto componente curricular fundante ao desenvolvimento do sujeito.

Palavras-Chave: Ensino Fundamental. Educação Física. Legislação da Educação Física.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração I -	Santa Maria Do Pará Na Regionalização De Integração.....	17
Ilustração II -	Escolas Municipais de Santa Maria do Pará.....	19
Ilustração III -	Distribuição De Estudantes Por Nível De Ensino.....	21

LISTA DE QUADROS

Quadro I –	Atendimento da Educação Infantil nas Redes de Ensino de Santa Maria do Pará.....	22
Quadro II –	Atendimento do Ensino Fundamental nas Redes de Ensino de Santa Maria do Pará.....	24

LISTA DE TABELAS

Tabela I –	População total, por Gênero, Rural/Urba - Município – Santa Maria do Pará – PA (1991 e 2000).....	19
Tabela II –	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus Componentes – município – Santa Maria do Pará – PA.....	20

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNE - Conselho Nacional de Educação

FJP – Fundação João Pinheiro

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PCN's - Parâmetros Curriculares Nacionais

PME - Plano Municipal de Educação

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNE - Plano Nacional de Educação

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RCNEI - Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

SEMED - Secretaria Municipal de Educação

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. CAMINHOS DA PESQUISA.....	11
2. A EDUCAÇÃO FÍSICA EM ÂMBITO LEGAL.....	14
3. A REALIDADE DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO CONTEXTO CURRICULAR DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA-PA.....	18
3.1. O Município de Santa Maria do Pará: breve contextualização.....	18
3.1.1. Aspectos Educacionais do Município de Santa Maria do Pará.....	19
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
6. REFERÊNCIAS.....	29
Apêndices.....	33

INTRODUÇÃO

O presente estudo se construiu considerando as observações desenvolvidas durante o nosso processo formativo, uma vez que, enquanto estudante da Educação Básica no município de Santa Maria do Pará, vivenciamos as carências e fragilidades apresentadas pelas escolas no desenvolvimento das aulas de Educação Física, tais fragilidades foram observadas por nós tanto no que diz respeito ao território sede como nos interiores do referido Município. Tais vivências nos impulsionaram ao desenvolvimento desta pesquisa.

Neste sentido, a presente pesquisa visa, entre outros aspectos, contribuir com a construção de dados científicos que apresentem diagnósticos e reflexões para possíveis caminhos que possam qualificar o processo de ensino aprendizagem, em especial na Educação Física escolar no Município de Santa Maria-PA.

Cury (2002, p.172) aponta caminhos para entendermos a dimensão de disparidade econômica existente em nosso país:

[...] dado nosso sistema político, a face de uma descentralização é imprescindível de ser considerada para uma análise objetiva. É preciso, pois, fazer estudos de caso, comparar situações e dimensionar, na concreção de uma política educacional, os limites, as redefinições e as possibilidades que o regime federativo introduz. O nosso federalismo nutre-se também de disparidades regionais que afetam a capacidade financeira e administrativa dos governos subnacionais. São 27 Estados e mais de 5.500 Municípios. No caso dos Municípios, a situação agrava-se, pois eles são muito diversos em sua capacidade financeira e não poucos vivem à base de transferências dos governos estaduais e do próprio governo federal.

Cury (2002) em seus estudos faz uma reflexão importante referente ao sistema administrativo de distribuição de recursos financeiro presente em nosso país. Consideramos esse pressuposto anunciado pelo autor, uma vez que, ao observarmos as fragilidades nas demandas educacionais em Santa Maria do Pará, em especial, no que diz respeito às carências presentes na área da Educação Física Escolar, vivenciamos um cotidiano estudantil de negação de direito, já que tivemos a ausência dessa atividade curricular.

A realidade vivenciada por nós, enquanto estudante da Educação Básica e em seguida, enquanto estudante do curso superior de Educação Física, nos conduziu a construção do problema central desta investigação: Qual o lugar da Educação Física como componente curricular na rede municipal de Ensino em Santa Maria do Pará?

Assim, para respondermos a este problema construímos como Objetivo Geral:

- Compreender como se constitui o lugar da Educação Física como componente curricular na rede municipal de Ensino em Santa Maria do Pará.

E, Objetivos Específicos:

- Analisar a Educação Física no âmbito legal.
- Mapear a realidade da Educação Física no contexto curricular do Município de Santa Maria do Pará, considerando os documentos legais relacionados à Educação Física, bem como, as informações fornecidas pela Secretária Municipal de Educação de Santa Maria do Pará.

A fim de termos acesso ao material necessário para análise de dados que estejam de acordo com nossos objetivos geral e específicos, optamos por utilizar a abordagem qualitativa por se tratar de uma realidade dinâmica.

Utilizamos-nos, no decorrer da pesquisa dos estudos bibliográficos para a busca de referenciais teóricos; e, também, nos valem de estudos de documentos realizados através de busca em portarias públicas, bem como de documentos emitidos pela secretaria referente à dinâmica das Escolas no Município.

Neste sentido, realizamos pesquisa de campo materializada através de uma entrevista semiestruturada, aplicada junto a Secretária Municipal de Educação de Santa Maria do Pará, com o objetivo de coletar informações sobre a situação atual da Educação Física nas escolas do município pelo olhar da gestora entrevistada.

O seguinte trabalho encontra-se estruturado de forma que inicialmente destacamos a introdução onde apresentamos o problema central e os objetivos a serem atingidos além de um breve resumo da metodologia aplicada. Em seguida, construímos a seção metodológica, em que explanamos de forma mais aprofundada o caminho da pesquisa, nesta oportunidade, destacamos conceitualmente os elementos utilizados na metodologia deste relatório. Posteriormente apresentamos a seção de fundamentação teórica, onde dialogamos com os autores que estudam a relação da Educação Física na Educação Básica, nesta seção demos destaque, também, aos parâmetros Legais que estabelecem a Educação Física como componente curricular da Educação Básica. Logo após, nos dirigimos para a seção de análise de dados onde realizamos a discussão sobre os materiais coletados, a partir da pesquisa de campo. E, por fim nos encaminhamos para as considerações finais.

1. CAMINHOS DA PESQUISA

A partir do delineamento dos objetivos gerais e específicos a pesquisa foi compreendida como fazendo parte de uma abordagem qualitativa, pois tem como foco central a apresentação da legislação na qual a Educação Física está diretamente inserida em um *locus* no contexto dinâmico, município de Santa Maria do Pará. O referencial teórico contém dados descritivos sobre pessoas, lugares, e também há processos interativos no desenvolvimento de contato direto entre o pesquisado e a situação local estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva do sujeito entrevistado, e dos documentos analisados.

Arilda (1995) salienta que em função da natureza do problema que se quer estudar e das questões e objetivos que orientam a investigação, a opção pelo enfoque qualitativo se tornou a mais apropriada pelo fato do estudo ser de caráter descritivo, investigativo e exploratório, pois o que se busca é o entendimento do fenômeno como um todo, na sua complexidade através dos diversos ângulos por ela enxergados.

Com base nesta abordagem de pesquisa levamos em consideração a necessidade de englobar as seguintes investigações: bibliográfica, documental e de campo. Cada uma dessas técnicas possui particularidades que trabalharam de forma interligada e ajudaram a colher informações mais fidedignas para a análise e aproveitamento de dados.

Como nos diz Lakatos & Marconi (2003) a pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. A finalidade desse tipo de pesquisa é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas.

Ainda sobre pesquisa do tipo bibliográfica, destacamos que buscamos através de pesquisas realizadas no Portal de Periódicos da Capes com a finalidade de identificar estudos que apresentasse a Educação Física como componente oficial e obrigatório na Educação Básica. Lakatos & Marconi (2003, p.183) vem nos afirmar que a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um

tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras concordando com os objetivos da pesquisa em questão.

No decorrer da pesquisa, também, laçamos mão da pesquisa documental onde segundo Lakatos & Marconi (2003, p. 174) “caracteriza como sendo uma fonte de coleta de dados está restritos a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias.” A pesquisa foi realizada através de busca em portarias públicas e na própria Secretaria de Educação do Município em foco, onde identificamos um déficit da Educação Física no currículo, assim como, no quadro de funcionários da rede municipal de ensino.

Para um acesso à realidade educacional do município de Santa Maria do Pará desenvolvemos uma pesquisa de campo para complementar os dados a serem analisados. A fim de realizarmos a pesquisa de campo através de entrevista semiestruturada que, Minayo (2004, pg. 108) conceitua como a combinação de perguntas fechadas (ou estruturadas) e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador. Realizamos, então, entrevista semiestruturada com a secretária municipal de educação. Onde em um primeiro momento a participante foi contatada para confirmar sua disponibilidade em relação à pesquisa (conforme o Apêndice I), em outro momento lhe foi apresentada o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), conforme o Apêndice II. Após a assinatura do TCLE foi realizada uma entrevista semiestruturada (conforme Apêndice III) na qual a participante respondeu espontaneamente a todas as perguntas em questão.

A entrevista foi gravada para tornar os dados mais precisos, em seguida foi realizada a transcrição e posteriormente foi realizada a análise da pesquisa, esta feita a partir da Técnica de análise de conteúdo, onde ocorreu a Elaboração e Análise de Unidades de Significado que de acordo com Moreira (2005 p.108) é utilizada para a interpretação dos significados dos discursos de sujeitos a respeito de um determinado fenômeno, numa abordagem qualitativa de análise de conteúdo. A técnica utilizada foi constituída por três momentos: o primeiro que é denominado de relato ingênuo e os autores conceituam como:

[...] onde o pesquisador deverá centrar sua preocupação no entendimento do discurso dos sujeitos, que poderá ser obtido através da aplicação de questões geradoras a respeito do fenômeno que se estuda, na forma de questionários impressos, de perguntas a serem respondidas utilizando-se

gravadores ou outra forma. A importância está na construção da pergunta geradora. Também a pergunta deve ser feita após explicação do por que da pesquisa, dando aos sujeitos o tempo necessário para organizarem o pensamento antes da resposta. Se, em alguns casos, o fenômeno a ser investigado exigir mais que uma pergunta geradora, elas deverão ser feitas por etapas, onde a seguinte só deverá ser proferida após a resposta dada à anterior. Caso contrário, as questões subsequentes poderão, em certo sentido, deformar o que se pretendia investigar nas questões anteriores. Deve aqui o pesquisador, se possível, anotar também os comportamentos dos respondentes, no sentido de criar o pano de fundo para melhor interpretar o fenômeno investigado. Para clareza do sentido das palavras aqui empregadas, denominamos relato ingênuo os dizeres do sujeito na sua forma original, sem alterar a grafia ou substituir termos por outros equivalentes. É o discurso em sua vertente “pura”, não sofrendo neste momento nenhum tipo de polimento ou modificação. (MOREIRA, 2005 p.108)

O Segundo momento, trata da identificação de atitudes:

De posse do relato dos sujeitos, deve o pesquisador preocupar-se com dois pontos principais: não perder de vista o sentido geral do discurso do pesquisado, e selecionar as unidades mais significativas dos discursos dos sujeitos, subtraindo-as dos relatos ingênuos, procurando criar indicadores e, posteriormente, categorias que possam servir de referencial para a interpretação. (MOREIRA, 2005 p.108)

E por fim, é realizada a interpretação com o quadro geral das ideias de cada sujeito que será:

[...] montado e caracterizado pela identificação das unidades de significado, bem como as convergências e divergências, o pesquisador passa a fazer a análise interpretativa do fenômeno, buscando compreendê-lo em sua essência, esta entendida como possibilidade de se manifestar após o desvelamento das ideologias que permeiam os discursos dos sujeitos. Assim agindo, o pesquisador pode identificar que algumas proposições podem ser tomadas como verdadeiras no contexto geral e outras não. (MOREIRA, 2005 p.108)

2. A EDUCAÇÃO FÍSICA EM ÂMBITO LEGAL

Esta seção tem por objetivo apresentar uma análise da Educação Física no âmbito legal. Neste sentido, dialogaremos com documentos oficiais que expressam a legalidade da Educação Física apontando os elementos que a constituem como componente curricular nas escolas.

Assim observamos que, a educação brasileira, de acordo com a (LDB) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 – se apresenta no seguinte modelo:

Art. 21. A educação escolar compõe-se de:

- I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;
- II - educação superior.

No que diz respeito à Educação Básica, a LDB 9.394/96, explica:

Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Para entendermos a educação básica nos convém fazer referência à própria etimologia do termo ‘base’, que Cury (2002, p. 170) nos confirma a acepção de conceito e etapas conjugadas sob um só todo. Em que,

[...] base provém do grego *básis, eós* e significa, ao mesmo tempo, pedestal, suporte, fundação e andar, pôr em marcha, avançar. A educação básica é um conceito mais do que inovador para um país que, por séculos, negou, de modo elitista e seletivo, a seus cidadãos o direito ao conhecimento pela ação sistemática da organização escolar.

Já a Educação Física, é caracterizada por vários conceitos e finalidades de acordo com as demandas ou papéis sociais requeridos pela sociedade no decorrer da história do país.

Fazendo um breve resumo da história da Educação Física, Castellani Filho (1988), nos retrata que esta foi introduzida em território brasileiro pela categoria médica higienista, ainda no período de Brasil Império, onde a sua prática traria a ideia de corpos limpos e menos suscetíveis a doenças, portanto saudáveis. E, Ghiraldelli Júnior (*apud* SAVIANI, 1983, p.165)

nos acrescenta como característica higienista a atribuição de todas as mazelas sociais eram advindas da ignorância do povo, e a educação era tratada como “redentora da humanidade”.

Mais tarde, a partir de 1930 ocorreu a influência militar a qual sua principal finalidade era o aperfeiçoamento da raça junto como a formação do homem obediente e adestrado, além de usar a Educação Física como uma forma disfarçada de reforçar a estereotipação do comportamento masculino e feminino.

O panorama da história da Educação Física nos leva a perguntar qual o seu conceito e finalidades hoje? Nesta direção podemos observar que o conceito defendido pelos PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais), onde a Educação Física é tratada como cultura corporal, construído a partir da abordagem crítico-superadora (COLETIVO DE AUTORES, 1992). O sujeito, nesta perspectiva, é compreendido como produtor de cultura e inexistente sem a cultura, pois se assim fosse seria um ser incompleto.

Utilizamo-nos desse conceito de educação básica, bem como o resumo, da Educação Física para aprofundarmo-nos na reflexão sobre o papel e o lugar da Educação Física como atividade curricular nas leis e documentos públicos brasileiros.

A LDB nº 9.394/96, em seu Art. 26 § 3º, firma oficialmente a inserção da Educação Física como conteúdo obrigatório da educação básica,

Art. 26 § 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos.

O (PNE) Plano Nacional de Educação em vigência (2014-2024) se posiciona a favor de uma educação integral, em perspectiva didática a Resolução do CNE (Conselho Nacional de Educação) nº 7/2010, encontra-se estabelecido que os três anos iniciais do ensino fundamental devem assegurar a alfabetização e o letramento e o desenvolvimento das diversas formas de expressão, incluindo o aprendizado da Língua Portuguesa, da Literatura, da Música e demais Artes e da Educação Física, assim como o aprendizado da Matemática, da Ciência, da História e da Geografia.

Apesar de sua obrigatoriedade explicitada em uma Lei de cunho federal, como prescrito na Resolução do CNE nº 7/2010, que deveria ter peso, inclusive, para torná-la obrigatória, também, nos Estados e Municípios. Contudo, enxergamos descumprimento de tais ordenamentos legais, como por exemplo, na Lei Orgânica municipal de Santa Maria do Pará, a qual se refere à Educação Física apenas como uma prática e não como uma disciplina curricular obrigatória.

Art. 149 - O currículo do Ensino Municipal assegurará, além do exigido no art. 210 da Constituição Federal o seguinte:

I - prática de educação física;

II - consciência ecológica nacional e principalmente para o ecossistema amazônico;

III - será ministrado sempre na língua nacional;

IV - noções de agropecuária;

V - educação para o trânsito;

VI - noções de estudo constitucionais. (LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO PARÁ, 1990).

Vale ressaltar que a ausência da Educação Física como componente curricular esteve presente na Constituição Federal de 10 de Novembro de 1937, no entanto, esta lacuna foi superada na Constituição Federal de 1988 e reafirmada na LDB 9394/96.

A Lei Orgânica do Município de Santa Maria, ao apontar a Educação Física como uma prática e não como um componente curricular, nos conduz a interpretação de ausência de prestígio para com a disciplina, bem como, com os profissionais habilitados e encarregados dela, desconsiderando, ainda, o quanto tal disciplina se faz fundamental na contribuição para o desenvolvimento cognitivo e motor do estudante. E se apresenta visivelmente esse desconhecimento de importância quando lemos na Lei No 10.793, de 1º de dezembro de 2003, altera a redação do art. 26, § 3º, e do art. 92 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Mais precisamente em seu parágrafo terceiro.

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno:

- I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas;
- II – maior de trinta anos de idade;
- III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física;
- IV – amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969;
- V – (VETADO)
- VI – que tenha prole.

É importante destacarmos que a indicação de atividade facultada não se expressa, legalmente, para nenhuma outra disciplina escolar, exceto, para a Educação Física. Neste sentido, vale questionarmos que compreensão de mundo que leva a Educação Física a indicação de ser um componente pedagógico passível a possibilidade de ser facultada?

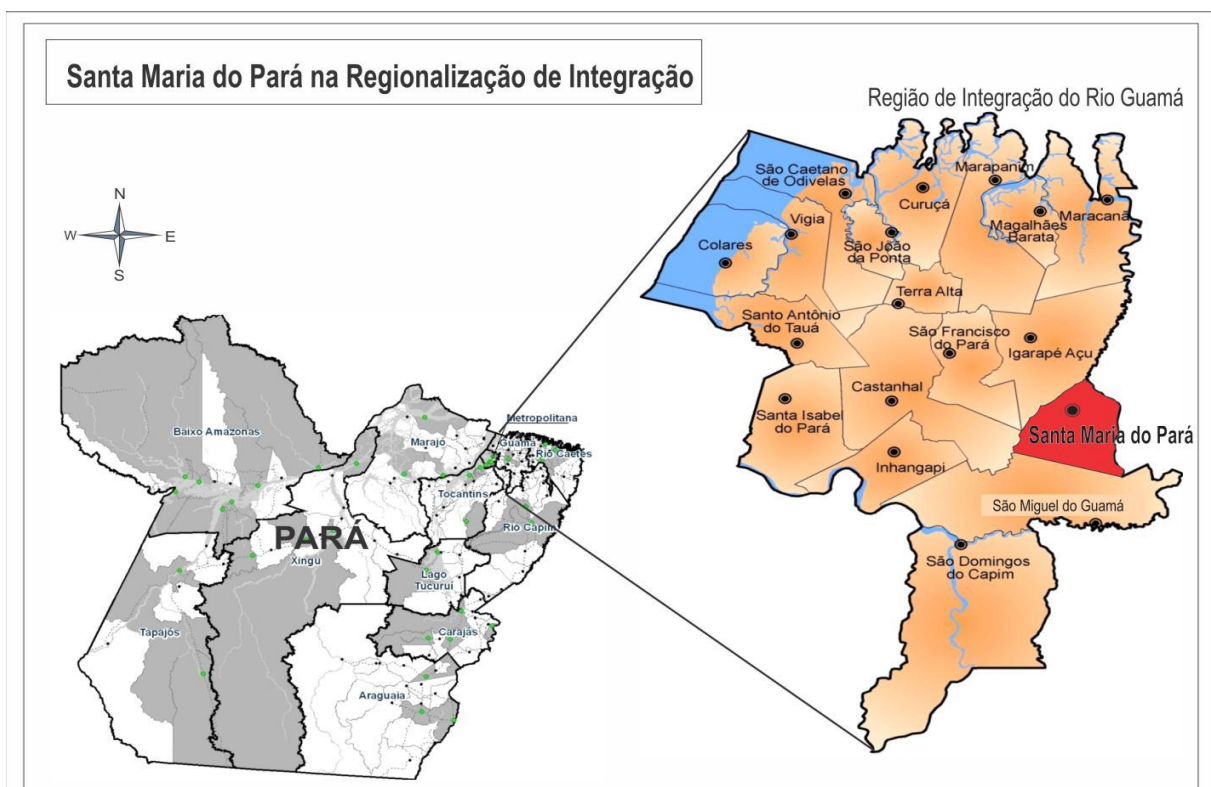
3. A REALIDADE DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO CONTEXTO CURRICULAR DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA-PA

A presente seção buscará mapear a realidade da Educação Física no contexto curricular do Município de Santa Maria-PA, considerando os documentos legais, específicos do município em pauta, relacionado à Educação Física, bem como, as informações fornecidas pela Secretária Municipal de Educação de Santa Maria do Pará.

3.1. O Município de Santa Maria do Pará: breve contextualização

O município de Santa Maria do Pará - PA tem uma dimensão de 457,717km², acolhe aproximadamente 23.026 habitantes IBGE, 2010 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e está localizado na região nordeste do Estado do Pará, distante 102 km da capital Belém. É entrecortado por duas rodovias federais, BR 316 que liga o Pará ao nordeste do Brasil e BR 010 que inicia no município e vai até Brasília no Distrito Federal, sendo por isso conhecida como Cidade Trevo do Pará.

Ilustração I - Santa Maria Do Pará Na Regionalização De Integração



FONTE: Elaboração SEMED (2015)

Economicamente o Município de Santa Maria do Pará possui um comércio em expansão gerando nos últimos anos um volume maior de emprego e renda. A agricultura e a pecuária são mais de subsistência tendo destaque comercial a produção de farinha de mandioca e avançado bastante também à apicultura. Porém, o maior número de empregos formais está concentrado mesmo no funcionalismo público estadual e municipal.

No aspecto cultural, possui uma identidade modificada nos seus costumes puramente Amazônicos devido à grande influência de outras regiões brasileiras, principalmente a nordeste. A cidade possui uma posição privilegiada de acesso do interior com a capital, sendo cortada por diversos rios e igarapés típicos da Amazônia com destaque ao Rio Jeju e Taciateua, destacando-se dessa forma um grande número de balneários.

Outro fator que se destaca no município de Santa Maria do Pará são as festas juninas tradicionais com destaque para a Festa dos Casados, com concurso de quadrilha intermunicipal a que acontecem há quase 50 anos no distrito de Taciateua e a Festa do Mingau na sede do município. Esses eventos atraem um grande número de turistas.

Outro destaque na cultura de Santa Maria do Pará é o Círio de Nossa Senhora Auxiliadora, padroeira do município. No início de setembro, milhares de devotos de várias partes do Estado participam do festejo, iniciando os festejos da independência do Brasil, que se encerra com o Arraial de 7 de Setembro, que já existe a meio século e sem dúvida é o maior e mais tradicional evento.

O Município foi emancipado através da lei estadual nº. 2.460 de 29 de dezembro de 1961, publicada no diário oficial do estado nº. 19.759 de 30 de dezembro de 1961, assinada pelo governador de então Aurélio Corrêa do Carmo.

3.1.1. Aspectos Sociais e Educacionais do Município de Santa Maria do Pará

A informação que temos da educação no município vem desde a chegada dos primeiros imigrantes advindos do nordeste brasileiro nas primeiras décadas do século XX com escolas funcionando em casa de professores da época. Nesse período havia um pequeno povoado que passou a ser vila, pois Santa Maria pertencia ao município de Igarapé-Açú.

Os dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) fazem um levantamento da população do Município de Santa Maria o qual destacamos a seguir:

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	17.946	100,00	20.850	100,00	23.026	100,00
População residente masculina	9.138	50,92	10.521	50,46	11.492	49,91
População residente feminina	8.808	49,08	10.329	49,54	11.534	50,09
População urbana	9.117	50,80	11.709	56,16	13.328	57,88
População rural	8.829	49,20	9.141	43,84	9.698	42,12

Tabela I – População total, por Gênero, Rural/Urba – Município – Santa Maria do Pará – PA (1991 e 2000).

Fonte: PNUD, IPEA e FJP.

No que tange a localização da população do Município de Santa Maria, podemos observar um quantitativo de cerca de 40% de sujeitos morando no meio rural. Logo, compreendemos como fundamental o desenvolvimento de políticas públicas para o atendimento destes sujeitos.

A Ilustração I aponta como está à organização geográfica destas escolas.

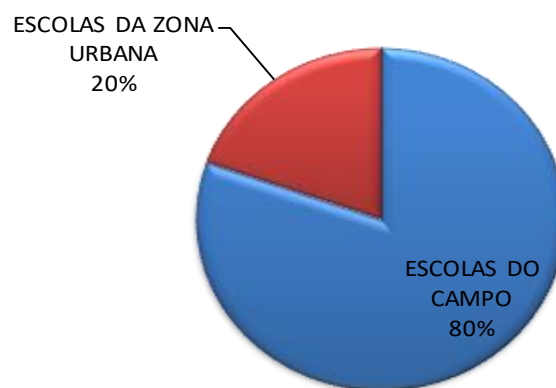


Ilustração II – Escolas Municipais de Santa Maria do Pará.

Ao observamos a relação com a Educação o IPEA aponta:

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,146	0,270	0,471
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	13,65	22,66	34,23
% de 5 a 6 anos na escola	40,38	71,78	94,56
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	8,00	26,59	73,34
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	7,70	12,83	34,96
% de 18 a 20 anos com médio completo	3,85	6,74	18,14
IDHM Longevidade	0,610	0,665	0,764
Esperança de vida ao nascer	61,60	64,87	70,85
IDHM Renda	0,559	0,551	0,595
Renda per capita	259,86	246,50	323,98

Tabela II – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus Componentes – município – Santa Maria do Pará – PA.

Fonte: PNUD, IPEA e FJP.

A Tabela II aponta números desalentadores ao informar que, no ano de 2010 o município registrou um percentual de apenas 18% de sujeitos com idade entre 18 e 20 anos com Ensino Médio completo. Quanto a essa informação, Irawczyka (2011 p.754) nos afirma que “a inclusão do ensino médio no âmbito da educação básica e o seu caráter progressivamente obrigatório demonstram o reconhecimento da importância política e social que ele possui” e ainda que a evasão escolar no ensino médio (que pode ser observada no gráfico II) é provocada por vários fatores desmotivadores como, a desigualdade de oportunidades educacionais e sociais, as condições de infraestrutura e gestão escolar, a insuficiência de investimentos públicos realizados, entre outros.

Dados da Secretaria Municipal de Educação apontam a existência total de 58 (cinquenta e oito) escolas, a maioria de pequeno porte, dentre essas escolas, 07 (sete) são estaduais e 51 (cinquenta e uma) municipais. O município de Santa Maria do Pará dispõe de 02 creches exclusivamente na zona urbana, sendo que todas as escolas da rede municipal atendem a educação infantil. As escolas estaduais atuam com o ensino fundamental completo (séries iniciais e finais) e ensino médio.

Nas escolas municipais o público atendido é educação infantil (creche e pré-escolas) e séries iniciais no ensino fundamental, assim como o previsto na Lei Orgânica Municipal em seu artigo 147: “§ 1º - O Município atuará prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar” e outros órgãos reguladores também orientam essa divisão na organização dos níveis

de ensino, como por exemplo, o PNE (2014/2024) e a Emenda Constitucional Nº 14, DE 12 de setembro de 1996, que estabelece em parágrafo segundo, que “Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil”.

A fim de realizarmos uma melhor explanação sobre a situação atual da educação municipal, tivemos acesso os dados do site IBGE (2010), assim como do site Atlas Brasil sobre os quais podemos realizar a análise de dados para compreender a educação no município de Santa Maria do Pará.

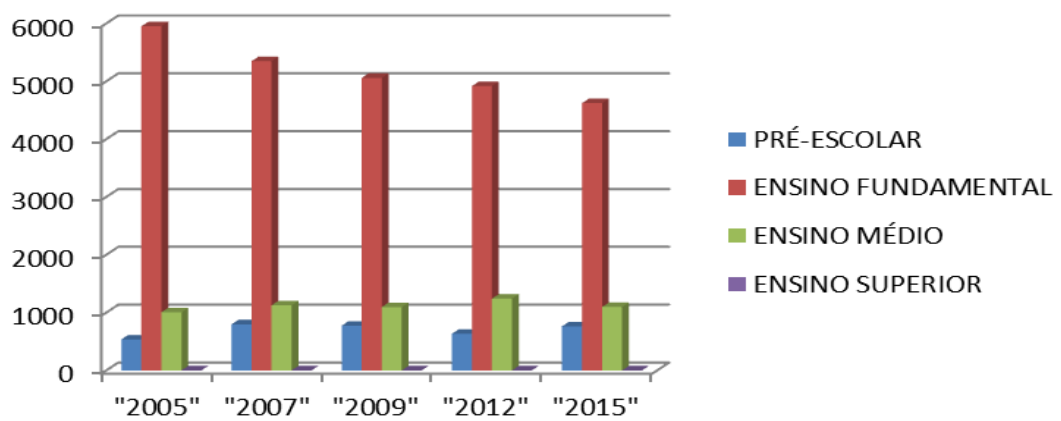


ILUSTRAÇÃO III – Distribuição De Estudantes Por Nível De Ensino

Fonte: Site IBGE (2018)

Tendo como base a Ilustração III, notamos que há uma diminuição no número de alunos matriculados no ensino fundamental, o que presume uma afirmativa negativa, tendo em vista que, o número de pessoas residentes no município com idade escolar adequada ao ensino fundamental não sofre uma alteração que justifique esse decréscimo. Além dessa assertiva, a Ilustração III também nos retrata uma grande instabilidade quando analisamos o ícone relacionado à pré-escola.

A educação infantil do município de Santa Maria do Pará é representada pelo Quadro I, na qual visualizamos números que apresentam a realidade quantitativa retiradas do censo 2010 onde de 23.026 habitantes, 2.306 são crianças de 0 a 5 anos. A Educação Infantil no município atende 1.195 crianças, perfazendo 51,82%, do total de crianças.

Quadro I – Atendimento da Educação Infantil nas Redes de Ensino de Santa Maria do Pará.		
REDE	ATENDIMENTO	%
Estadual	-	-
Municipal	1.195	51,82

Fonte: Censo escolar, 2010.

O que justificaria, então, o não acesso de 48,18% das crianças a Educação Formal? Entendemos a importância do fortalecimento da Educação Infantil e sua implantação como um direito garantido pela Constituição Federal. Quando se refere à educação como direito de todos e reconhecimento da criança como sujeito de direitos, podemos citar aqui o RCNEI (Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil) (1998 p.5) aponta como objetivo principal:

[...] apontar metas de qualidade que contribuam para que as crianças tenham um desenvolvimento integral de suas identidades, capazes de crescerem como cidadãos cujos direitos à infância são reconhecidos. Visa, também, contribuir para que possa realizar, nas instituições, o objetivo socializador dessa etapa educacional, em ambientes que propiciem o acesso e a ampliação, pelas crianças, dos conhecimentos da realidade social e cultural.

Ao analisarmos esse trecho do RCNEI – vol.1, percebemos a importância da escolarização infantil nesta fase específica de 0 a 5 anos, conhecida anteriormente como pequena infância como também a inclusão velada, mas que pode ser interpretada da Educação Física neste conceito, com seus conteúdos específicos denominados não casualmente como componentes da cultura corporal, subjugando assim como parcela contribuinte na formação do conhecimento cultural do sujeito infante.

A pesar de 51,82% das crianças do município ser atendidas pelo ensino infantil na rede municipal, para nenhuma delas é garantida a Educação Física como componente curricular. Pois, análise da entrevista da secretária de educação, nos respalda a afirmar que a educação infantil não possui o componente curricular nem o professor licenciado para atender à demanda que a Educação Física precisaria preencher para garantir o atendimento apontado pela legislação, que por sua vez traria para a área uma grande concentração de empregos para esses profissionais, pois estamos falando de um município com 51 escolas que atendem essa modalidade de ensino o que abriria inúmeras possibilidades de atuação profissional para a área.

Convém informar que uma das metas do PME (Plano Municipal de Educação) vigente 2015-2025 é exatamente “garantir para a educação infantil o trabalho do profissional de Artes e Educação Física” (Meta 4) logo em um período em que se realizou um concurso público municipal.

Nesse contexto destacamos a seguinte problemática: O que justifica a ausência do professor de Educação Física no quadro de vagas do concurso público municipal após essa meta tão pontual? Para este questionamento nossa Informante anuncia:

A falta de um planejamento orçamentário da parte da SEMED (Secretaria Municipal de Educação), e o aguardo por um aumento de recursos financeiros, futuramente poderá possibilitar um novo concurso público. (INFORMANTE1)

Analizamos que essa perspectiva demonstra-se irreal, visto que o último concurso que aconteceu no município foi em 2008. Já se passaram 10 anos e observamos a não resolução deste problema relacionado à demanda de profissional de Educação Física. A este respeito nossa Informante destaca:

Nós temos muitas dificuldades em relação à Educação Física e ainda é um sonho que se tenha o professor de Educação Física por escola que seria o correto, né. (INFORMANTE1)

Nesta narrativa a entrevistada reconhece a importância curricular da Educação Física e a trata como “situação ideal”, “sonho”.

No que diz respeito à Educação Física realizada na Educação Infantil a Informante declara:

No caso na educação infantil não tem professor de Educação Física no nosso município e nós podemos ainda estar pensando em atender os professores de educação infantil pede muito o professor de Educação Física infelizmente nós estamos apenas no ensino fundamental essa questão né temos que trabalhar bastante em relação à Educação Física nas nossas escolas. (INFORMANTE1)

E quando interrogada sobre a presença da Educação Física ela relata que:

Eles fazem não na educação infantil não tem ele acontece como recreação nas sextas-feiras com a ludicidade com brinquedos, com brinquedotecas, com brincadeiras. (INFORMANTE1)

A entrevistada demarca o interesse dos professores da Educação Infantil pelo diálogo com profissionais específicos da área da Educação Física:

Nós podemos ainda estar pensando em atender os professores de educação infantil pede muito o professor de Educação Física infelizmente nós estamos apenas no ensino fundamental essa questão né temos que trabalhar bastante em relação à Educação Física nas nossas escolas. (INFORMANTE1).

Desejo esse que dialoga com estudos científicos (KOBAL; BARBOSA; SANTOS, 2007; GODOY; KOBAL; MAGALHÃES; FURLONI, 2007) que nos indicam: “diretores, pais e professores polivalentes reconhecem o significado e a importância da Educação Física neste segmento escolar, embora nem sempre o discurso corresponda à prática”.

Ao indagarmos sobre processos de formação continuada nossa entrevistada destacou:

Sim, há formação pros professores atuarem porque não tem não sim nós temos nós temos os nossos programas o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) que de certa forma traz uma metodologia a ser trabalhada nós temos momentos com professores de Educação física que pode estar trabalhando com esses professores também da educação infantil num momento de formação nós trazemos professores que trabalham com recreação pra que a gente possa estar de certa forma ajudando os nossos professores a atuarem de como fazer recreação (INFORMANTE1).

Ao nos referirmos ao ensino fundamental, citamos Saviani (2005), que conceitua o ensino fundamental como o período obrigatório e indispensável para o desenvolvimento das crianças e jovens, pois, é nesta fase que inclui o domínio das diferentes linguagens (leitura e escrita, leitura de imagens), matemática, conhecimentos que já estão incorporados no cotidiano da sociedade moderna, as ciências naturais (conhecimentos de leis da natureza), que nos dão suporte para sobreviver e compreender as transformações que o homem provoca em seu meio e, as ciências sociais por meio das quais se compreende as relações entre os homens e nas formas de como eles se organizam, as instituições que criam as regras de convivência que se estabelecem na sociedade e a implicação delas para a definição dos direitos e deveres.

De acordo com o levantamento situacional da educação nas redes de ensino municipal e estadual, segundo dados do Censo Escolar 2010, 6.184 alunos estão devidamente matriculados no ensino fundamental o que representa 83,8% do total de alunos matriculados em todo o sistema educacional do município.

Quadro II - Atendimento do Ensino Fundamental nas Redes de Ensino de Santa Maria do Pará.			
REDE	ANOS/SÉRIES	ATENDIMENTO	%
Estadual	Anos Iniciais	1.220	16,53

Estadual	Anos Finais	1.673	22,67
Estadual	EJA	748	10,14
Municipal	Anos Iniciais	2.218	30,06
Municipal	EJA	325	4,40

Fonte: Censo escolar, 2010.

Quanto à realidade da Educação Física anos iniciais, especificamente aos alunos atendidos pela rede municipal que é o foco do estudo e representa 30,06% do atendimento total do município atendendo no total de 2.218 alunos nas escolas do campo e da cidade.

Quando perguntada pelo ensino fundamental séries iniciais, a entrevistada relata:

Nós temos apenas três professores de Educação Física contratados e são distribuídos eles em seis escolas nós temos sete escolas aqui dentro da cidade nas escolas do campo nós não temos professores de Educação Física na cidade nós temos sete escolas somente seis são atendidas com esses três professores uma carga horária distribuída pra atender pelo menos uma vez por semana então de certa forma nós temos ainda carência em Educação física eles são formados são habilitados os três professores. (INFORMANTE1).

Porém, ao analisarmos a folha de pagamento da prefeitura municipal de Santa Maria do Pará, disponível no site da prefeitura, constatamos a ausência destes profissionais.

No que tange a compreensão da Educação Física a entrevistada destaca:

Santa Maria também aderiu ao programa novo mais educação que tem essas modalidades nós temos professores de Educação Física esses dias dia 11 dia 12 dia 13 e fechamos ontem o lançamento do novo mais educação e nós pegamos os professores de Educação Física acho que mais ou menos uns quatro que vão trabalhar futebol vão trabalha questão do esporte né do lazer da cultura então de uma certa forma a gente vai ter a demanda no contra turno pra atender as escolas que não tem especificamente um professor de Educação Física mais aí nós vamos ter recreação no novo mais educação que é um programa do governo federal e nós vamos trabalhar de uma certa forma a Educação Física apesar dos três contratados nós temos os facilitadores dessas modalidades que é futebol jiu-jitsu judô são várias modalidades relacionadas ao esporte e o lazer também. (INFORMANTE1).

Percebemos que a Educação Física está resumida em coordenação motora, brincadeiras e muito restritamente o esporte através do futebol.

A partir da concepção de cultura corporal enxergamos lacunas de conteúdos e certo desinteresse no desenvolvimento continuado de tais temas próprios da área.

Quando a secretária diz que o programa novo mais educação do governo federal e a proposta de estabelecer parcerias com academias e professores de educação física (sem qualquer vínculo empregatício formal) demonstra claramente a desvalorização do professor de educação física que poderia ao ver da secretária ser substituído por qualquer pessoa que tivesse contato com qualquer componente da cultura corporal isoladamente.

O lugar é a escola. Um lugar com uma identidade, uma responsabilidade social, uma expectativa social. Escola não é clube. Escola não é academia de ginástica. Escola não é centro de treinamento esportivo. A escola não é a rua, ou a praça do bairro. Escola não é tempo nem “equipamento” de lazer. Embora possa estabelecer relações com todos esses lugares, a escola é um tempo e um lugar singular, que não pode ser nem confundido com (nem substituído por) nenhum desses. Fundamental pensar então o que é este lugar, a escola. (VAGO, 2009, p.27).

A partir destas reflexões que Vago (2009) realiza sobre o lugar da escola, o ser escola, a identidade escolar, novamente nos deparamos com perguntas relacionadas à essência filosófica da Educação Física, pois a falta de esclarecimentos quanto ao seu conceito e finalidade implica muitas vezes em sua corriqueira desvalorização, tanto do seu profissional quanto da área de atuação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das informações discutidas no decorrer do presente estudo, concluímos que nossos objetivos foram alcançados ao realizar a apresentação, análise e discussão de documentos que apresentam a Educação Física em seu âmbito legal, além de, realizar um breve mapeamento no contexto curricular das escolas municipais de Santa Maria do Pará, tendo como foco o olhar para a Educação Física.

No geral, a análise da entrevista da INFORMANTE1 nos aponta a existência de falhas no planejamento municipal em relação ao tema em questão, e também nos convida a problematização no que diz respeito à compreensão que a gestão municipal possui no que diz respeito ao lugar da Educação Física enquanto componente curricular que tem seu papel no desenvolvimento do estudante, uma vez que analisamos o impacto negativo relacionado à ausência de profissionais específicos da Educação Física no cotidiano das escolas. Pois esta ausência provoca a diminuição do valor para deste componente curricular, já que a Educação Física está para além da recreação, tendo, inclusive conteúdos específicos - jogo, esporte, dança, lutas e ginástica - que precisam ser explorados. Logo, ao não serem trabalhados estes conteúdos específicos os estudantes têm seus direitos educacionais fragmentados.

Assim, os diagnósticos construídos através deste estudo, também, visam potencializar a construção de políticas públicas educacionais que se ocupem em qualificar a realidade da Educação Física no município de Santa Maria do Pará, políticas estas que possam ser coerentes tanto no âmbito legalista, quanto com o cotidiano escolar deste componente curricular.

5. REFERENCIAS

BRASIL. Constituição (1937). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Diário Oficial da União, 10 de novembro de 1937. Disponível em:
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-norma-pl.html>

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Diário Oficial da União, Seção 1, 05 de outubro de 1988, Página 1. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-norma-pl.html>. Acesso em: 29 de março de 2018.

_____. Constituição (1988). **Emenda Constitucional N° 14**, DE 12 de setembro de 1996. Lex: legislação. São Paulo, v.59, p. 1966, out./dez. 1995.

_____. **Lei N° 10.793, de 1° de dezembro de 2003**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF, 2003. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.793.htm. Acesso em: 13 de julho de 18.

_____. **Lei Orgânica Municipal nº 001/90 de 01 de abril de 1990**. Lei Orgânica do Município de Santa Maria do Pará. Disponível em:
http://santamaria.pa.gov.br/uploads/leis/1990/1990-lei_organica_municipal.pdf. Acesso em 13 de julho de 2018.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n° 9394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em < www.planalto.gov.br >. Acesso em: 18 Abril 2018.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)** Educação Física. Ensino de primeira à quarta série. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Ministério da Educação. **Plano Municipal de Educação de Santa Maria do Pará.** PNE em Movimento, Situação dos Planos de Educação. Disponível em: http://simec.mec.gov.br/sase/sase_mapas.php?uf=PA&tipoinfo=1. Acesso em: 13 de julho de 18.

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação (PNE).** Brasília, DF: INEP, 2014.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em: 13 de julho de 2018.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 7,** de 14 de dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/observatorio-da-educacao/30000-uncategorised/14906-resolucoes-ceb-2010>, acesso em 12 de Julho de 2018.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta.** Campinas, SP: Papirus, São Paulo, 1988.

CURY, C. R. J. A educação básica no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 168-200, setembro/2002.

GHIRALDELLI JUNIOR, P. **Educação Física progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos da Educação Física.** (apud SAVIANI, 1983, p.165). São Paulo: Loyola, 1988.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29 Mai./Jun. 1995.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas Brasil**. Disponível em: http://mapasinterativos.ibge.gov.br/atlas_ge/brasil1por1.html. Acesso em: 13 de julho de 2018.

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 13 de julho de 2018.

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Por Cidade e Estado**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/por-cidade-estado-estatisticas.html?t=destaques&c=1506609>. Acesso em: 18 de abril de 2018.

IPEA, **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?searchword=censo+2010&ordering=category&searchphrase=all&Itemid=32&option=com_search. Acesso em: 13 de julho de 18.

KRAWCZYK, N. Reflexão sobre alguns desafios do ensino médio no Brasil hoje. **Cadernos de Pesquisa**. Campinas, SP, v. 41, n.144, p. 752-769, set./dez. 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI. M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

MAGALHÃES, G.; KOBAL, M.; GODOY, R. Educação Física na educação infantil: uma parceria necessária. *Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte*. v. 6, n.3, p. 43-52, 2007. Disponível em:

http://www.mackenzie.br/fileadmin/Editora/REMEF/Remef_6.3/Artigo_04.pdf. Acesso em: 18 de abril de 2018.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MOREIRA, W.W.; SIMÕES, R.; PORTO, E. Análise de conteúdo: técnica de elaboração e análise de unidades de significado. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**. Piracicaba, v. 13, n. 3, p. 107-114, 2005.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 9 ed. ,Campinas, Autores Associados, 2005.

SOARES, C.L.; TAFFAREL, C.N.Z.; VARJAL, E.; CASTELLAN I FILHO, L.; ESCOBAR, M.O.; BRACHT, V. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo, Cortez, 1992.

VAGO, T. Pensar a Educação Física na escola: para uma formação cultural da infância e da juventude. **Cadernos de Formação RBCE**, p. 25-42, set. 2009.

APÊNDICE

APÊNDICE I



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

Castanhal, 15 de maio de 2018.

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Prezado (a)

Apresentamos a V. S^a o(a) acadêmico(a) **Renata Kelly Vieira da Silva**, matriculado(a) na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso, ofertada por meio da Universidade Federal do Pará, através do Curso de Licenciatura em Educação Física/UFPA. O (a) referido (a) aluno (a) pretende realizar nesta Instituição, atividades relacionadas à Pesquisa de Campo que contribuirá diretamente para construção de seu TCC.

Desde já agradecemos e nos colocamos à disposição para qualquer outro esclarecimento.

Instituição: _____

Data prevista para o início: _____/_____/_____.

Data prevista para o término: _____/_____/_____.

.....
Darinéz de Lima Conceição
Orientadora de TCC/UFPA
Contato: (91)988366177
E-mail: darynez@yahoo.com.br

APÊNDICE II



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
FACULDADE DE CASTANHAL
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro está sendo convidado como voluntário (a) a participar da pesquisa intitulada “**A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO COMPONENTE CURRICULAR NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE SANTA MARIA-PA: uma análise entre a legalidade e a realidade**” desenvolvida por **RENATA KELLY VIEIRA DA SILVA** e orientada pelo (a) docente **Darinêz de Lima Conceição**. Esta pesquisa faz parte de um estudo no curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal do Pará - Campus de Castanhal (UFPA/CASTANHAL). Neste estudo pretendemos desenvolver como Objetivo: Compreender como se constitui o lugar da Educação Física como componente curricular na rede municipal de Ensino em Santa Maria-PA?

Se necessário, poderei contatar/consultar o professor orientador a qualquer momento através do e-mail darynez@yahoo.com.br.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo e estou ciente que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos.

- Ética e rigor acadêmico, bem como será garantido o anonimato (com o uso de nomes fictícios e a indicação genérica de “professor” ou “entrevistado”). Minha colaboração se fará por meio de uma entrevista, a ser respondida e gravada a partir da assinatura desta autorização.

Estou ciente de que, caso eu tenha dúvida ou me sinta prejudicado (a), poderei contatar o pesquisador responsável ou seu orientador.

Castanhal, 15 de maio de 2018.

Assinatura do (a) participante

Nome e telefone:

APÊNDICE III**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA REALIZADO COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Roteiro de Entrevista Semiestruturada

Sujeito: Secretária Municipal de Educação de Santa Maria do Pará

1. Identificação:

Nome: _____

Idade: _____ Sexo: _____

Formação: _____

Tempo de Atuação na área da Educação: _____

Naturalidade: _____

2. O município de Santa Maria trabalha nas Escolas, nos diferentes níveis da Educação, com professores formados, especificamente, em Educação Física? (destaca a Educação infantil e o ensino fundamental)

3. (Caso ela diga que são pedagogos) A prefeitura possibilita formação continuada para dar suporte para esse profissional, que não tem a formação específica na área, poder dar conta dessa construção?

4. Os documentos do município (Plano Municipal de Educação) apontam para a necessidade de um profissional específico da Educação na tarefa escolar ou demarca que pode ser um profissional com outra habilitação?

5. A senhora compreende que é necessário ou não ter um profissional da área da Educação Física para assumir a disciplina?

6. Documento que mapeie a Educação em geral, para chegar ao objetivo específico em questão que é a Educação Física municipal.

RELATO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Renata deixa eu te falar essa questão da Educação Física no município de Santa Maria vamos dizer ainda que ainda está se inovando em 2013 que começou acontecer essas aulas de Educação Física na gestão do prefeito Lucivandro eu lembro muito bem porque eu sou professora do município e sempre a gente pedia professores nas escolas do município e sempre teve essa carência aí começamos os trabalhos nas escolas em relação à Educação Física, mas nem todas foram atendidas nesse momento nessa atual gestão nós temos apenas três professores de Educação Física contratados e são distribuídos eles em seis escolas nós temos sete escolas aqui dentro da cidade nas escolas do campo nós não temos professores de Educação Física na cidade nós temos sete escolas somente seis são atendidas com esses três professores uma carga horária distribuída pra atender pelo menos uma vez por semana então de uma certa forma nós temos ainda carência em Educação física eles são formados são habilitados os três professores, nós estávamos esperando que fosse lançado no concurso público o concurso para professores de Educação Física no município de Santa Maria mas infelizmente não houve essa vaga mas ainda estamos mantendo professores contratados de Educação Física e nós tivemos recentemente agora o PME a avaliação do nosso Plano Municipal de Educação que tiveram algumas propostas relacionadas à Educação Física que podem ser avaliadas para o futuro agora de 2015 até 2025 a gente pode tá pensando em ampliar esses contratos e quem sabe fazer outro concurso e fazer a habilitação para professores de Educação Física para eles ficarem realmente efetivos nas nossas escolas nós temos muitas dificuldades em relação à Educação Física e ainda é um sonho que se tenha o professor de Educação Física por escola que seria o correto né no caso na educação infantil não tem professor de Educação Física no nosso município e nós podemos ainda estar pensando em atender os professores de educação infantil pede muito o professor De Educação Física infelizmente nós estamos apenas no ensino fundamental essa questão né temos que trabalhar bastante em relação à Educação Física nas nossas escolas entendeu Renata?

E os professores que trabalham com a Educação Física no Ensino infantil são os pedagogos? Ou não tem Educação Física?

Não eles fazem não na educação infantil não tem ele acontece como recreação nas sextas-feiras com a ludicidade com brinquedos, com brinquedotecas com brincadeiras né aí então Santa Maria também aderiu ao programa novo mais educação que tem essas modalidades nós temos professores de Educação Física esses dias dia 11 dia 12 dia 13 e fechamos ontem o

lançamento do novo mais educação e nós pegamos os professores de Educação Física acho que mais ou menos uns quatro que vão trabalhar futebol vão trabalhar questão do esporte né do lazer da cultura então de uma certa forma a gente vai ter a demanda no contra turno pra atender as escolas que não tem especificamente um professor de Educação Física mais aí nós vamos ter recreação no novo mais educação que é um programa do governo federal e nós vamos trabalhar de uma certa forma a Educação Física apesar dos três contratados nós teremos os facilitadores dessas modalidades que é futebol jiu-jitsu judô são várias modalidades relacionadas ao esporte e o lazer também

A prefeitura possibilita formação continuada para dar suporte para esse profissional que não tem a formação específica na área poder dar conta dessa construção? Assim, no caso da educação infantil.

Sim formação pros professores atuarem porque não tem não sim nós temos nós temos os nossos programas o penai que de uma certa forma traz uma metodologia a ser trabalhada nós temos momentos com professores de Educação física que pode estar trabalhando com esses professores também da educação infantil num momento de formação nós trazemos professores que trabalham com recreação pra que a gente possa estar de uma certa forma ajudando os nossos professores a atuarem de como fazer recreação porque educação infantil não é só música a gente tem a questão da coordenação motora então de certa forma a gente faz algumas atividades relacionadas sim

Porque é muito importante a comunidade saber que há essa formação que está sendo investido em educação

E quanto a isso você pode ficar despreocupada que há

Pois é porque às vezes perguntam se tem, mas tem só que às vezes as pessoas não procuram saber e por isso estamos aqui então a senhora compreende que é necessário ter um profissional da área da Educação Física para assumir a disciplina?

Sim claro são as pretensões né do que a gente possa ainda fomentar não nesse momento nós não temos todas as escolas com específico você é específico dessa escola que seria o correto, mas infelizmente ainda não chegamos nesse patamar, mas ainda vamos chegar às pretensões são essas.

Qual a maior dificuldade que pode haver para isso acontecer?

Não há dificuldade não há em si uma dificuldade a gente tem que se planejar nesse momento nós não estamos podendo abrir essas vagas por uma questão de planejamento de orçamento entendeu e que a gente tá pensando no futuro quem sabe ainda que os recursos aumentem para que a gente possa ter esse profissional nesse momento é questão financeira mesmo entendeu nós tivemos uma queda no nosso recurso e a gente não pode ainda ter esse profissional por escola mas pensamos em ano que vem abrir mais contratos como não vai ter o concurso público para os professores de educação física nós vamos aumentar a demanda porque só três é muito pouco aí a intenção é realmente abrir contrato pra mais três mais quatro quem sabe entendeu olha recentemente nós tivemos uma proposta que eu achei bem interessante que é a meta 2 do plano nacional de educação que nós avaliamos o pme e uma das propostas olha estabelecer parcerias com academias e profissionais de educação física para elaborar e executar ===== manual com atividades esportivas sociais e culturais para as famílias tais como artesanato pintura voleibol futebol dança então é uma proposta aplausível pra gente se a gente não tem a gente pode correr atrás de parcerias eu achei interessante uma proposta que foi aprovada na conferência e de uma certa forma vai apaziguar essa situação vamos fazer parcerias vamos buscar parcerias a escola por si só pode ir numa academia levar um projeto a gente precisa de parcerias nós não temos professor de Educação Física o município não tá podendo agora e mas se há uma gestão comprometida ela pode buscar trabalhar em parcerias ou com voluntários nós sabemos que há pessoas que trabalham voluntariamente e nesse momento o nosso município tem carência de professor de educação física entendeu.

Tem algum documento que mapeie a Educação em geral, para chegar ao objetivo específico em questão que é a Educação Física municipal.

Sim temos tudo isso

A senhora pode me disponibilizar? Porque seria muito enriquecedor pra minha pesquisa por que já me traria números exatos de uma fonte confiável

tá eu preciso pra dispor desses documentos além de uma declaração de um ofício entendeu porque eu preciso oficializar o pedido pra gente poder dispor de documentos que saiam da nossa secretaria e a gente pode sim dispor pra trabalho é um direito seu mas aí só por motivo de controle de ofício de oficializar a gente pode disponibilizar.